

## Cronograma de obrigatoriedade e proibições (NOVO ECF, SAT FISCAL, NFC-e e ECF)

Este documento deve ser utilizado como consulta sobre os prazos estabelecidos pela legislação a respeito do uso de tecnologias fiscais para o controle do varejo. Nas tabelas abaixo estão listadas as datas macro bem como os dispositivos legais. Para um estudo mais detalhado, recomenda-se a leitura da íntegra das normas aqui listadas.

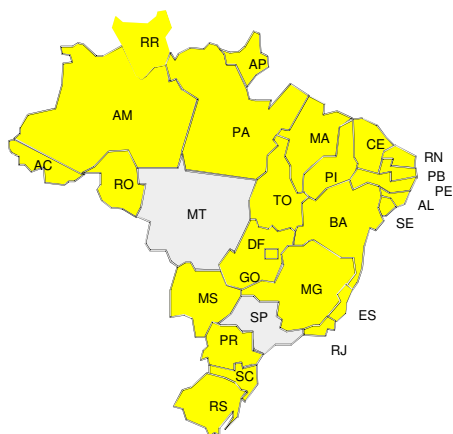
Legenda de cores:

	Obrigatório ou com prazo para obrigatoriedade
	Autorizado
	Proibido

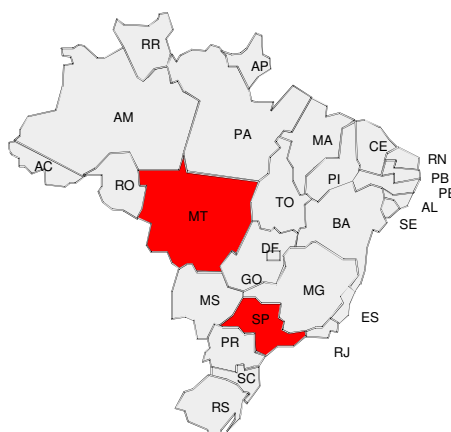
### NOVO ECF




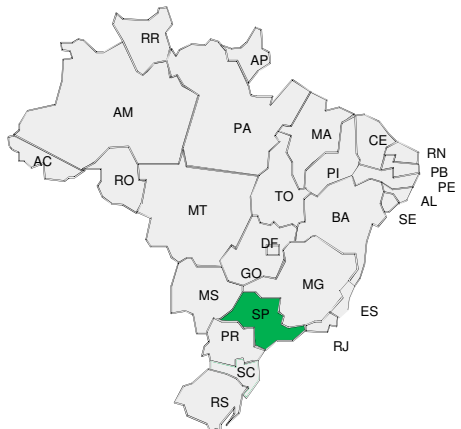
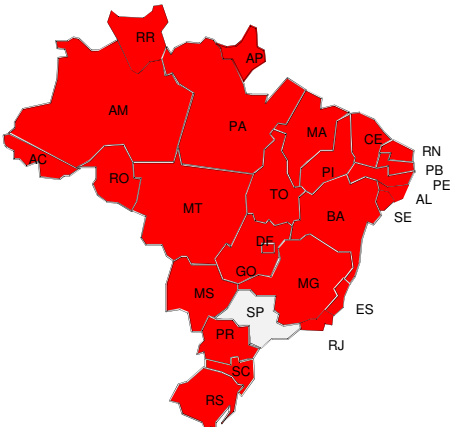
#### Obrigatoriedade




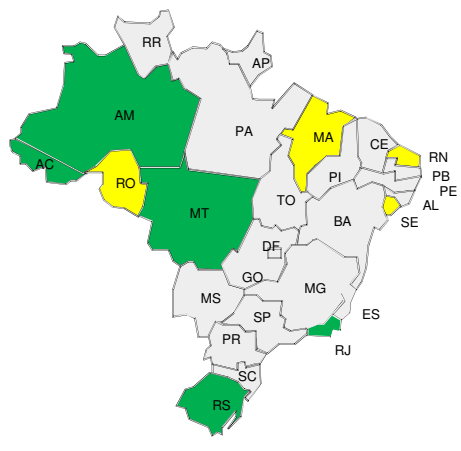
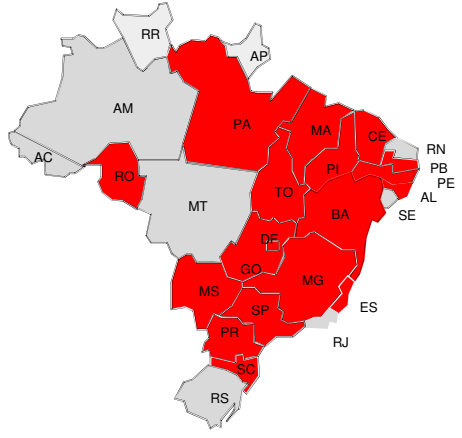
#### Proibições



SC	<del>§ 5º São autorizáveis equipamentos produzidos nos termos do Convênio ICMS 85/01 até 30 de abril de 2015.”</del>	SP	O Estado não aderiu ao convênio ICMS 09/09
	O Decreto 2.011 de 13 de Fevereiro de 2014 revogou o prazo para não autorização de ECF do CV85/01. A partir desta publicação Santa catarina continuará autorizando o ECF do CV09/09 juntamente com os ECFs do CV 85/01		
	<del>Decreto 1.953, de 20.12.2013</del>	MT	O Estado não aderiu ao convênio ICMS 09/09
Outras UFs	Nos outros Estados com exceção de São Paulo e Mato Grosso, o equipamento está autorizado juntamente com os ECFs do CV 85/01		

SAT FISCAL				
Obrigatoriedade			Proibições	
				
SP	Para novos contribuintes em substituição ao ECF	A partir de 01-11-2014	Não autorizado fora de São Paulo	
	para os contribuintes que auferirem receita bruta maior ou igual a R\$ 100.000,00 no ano de 2014	a partir de 01-04-2015		
	para os contribuintes que auferirem receita bruta maior ou igual a R\$ 80.000,00 no ano de 2015	a partir de 01-01-2016		

	para os contribuintes que auferirem receita bruta maior ou igual a R\$ 60.000,00 no ano de 2016	a partir de 01-01-2017	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portaria CAT 147, de 05/11/2012</li> <li>- Portaria CAT 37, de 03/05/2013</li> <li>- Portaria CAT 85, de 22/08/2013</li> <li>- Portaria CAT 30, de 28/02/2014</li> </ul>		
Município de SP	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Opcional entre 01/01/2014 e 30/06/2014</li> <li>-Obrigatório a partir de 01/07/2014</li> <li>- Decreto n.º 53.628, de 14 de dezembro de 2012</li> <li>- Instrução Normativa SF/SUREM nº 17, de 20 de dezembro de 2012</li> <li>- Instrução Normativa SF/SUREM nº 04, de 28 de maio de 2013</li> </ul>		

<div>  <h2>NFC-e</h2> </div>	
Obrigatoriedade	Proibições
	

AC	Adesão voluntária	a partir de 1º de outubro de 2013	Nos Estados pintados em vermelho não existe regulamentação da NFC-e publicada
	contribuintes relacionados no Anexo Único do Decreto 6.596 (43 empresas)	a partir de 1º de junho de 2014	
	para os contribuintes em início de atividade	a partir de 1º de setembro 2014	
	para os demais contribuintes	a partir de 1º de dezembro de 2014 exceto os optantes pelo Simples Nacional	
	para todos os contribuintes, inclusive os optantes pelo Simples Nacional	a partir de 1º de abril de 2015	
	contribuinte com receita bruta de até R\$ 120.000,00	dispensado	
	-DECRETO NRO 5.257 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013 – NFCe -DECRETO 6.596 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013		
AM	para os contribuintes <b>localizados na Capital</b> que, obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, nos termos da legislação, não tenham solicitado ou iniciado o uso de nenhum equipamento até essa data	A partir de 01/02/2014	
	para os contribuintes relacionados no Anexo Único da Resolução	01/03/2014	

	para contribuinte em início de atividade, localizado na Capital	01/03/2014	
	para os demais contribuintes localizados na Capital, exceto os optantes pelo Simples Nacional	01/09/2014	
	para todos os contribuintes, inclusive os localizados no interior e os optantes pelo Simples Nacional	01/01/2015	
	-DECRETO N 33.405, DE 16 DE ABRIL DE 2013  -RESOLUÇÃO N 022-2013 – GSEFAZ  -RESOLUÇÃO 003-2014 – GSEFAZ  -RESOLUÇÃO 006-2014 – GSEFAZ		
MA	Regulamentado o uso para empresas autorizadas a participar do teste piloto ou por adesão voluntária		
	- Resolução Administrativa Nº 18/2013		
MT	A partir de 1 de julho de 2014 -DECRETO N 2.050 de 17 de Dezembro de 2013		

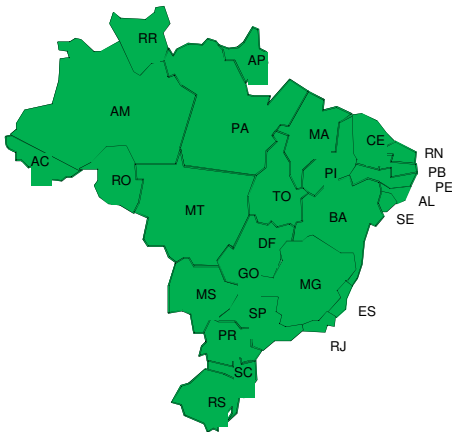
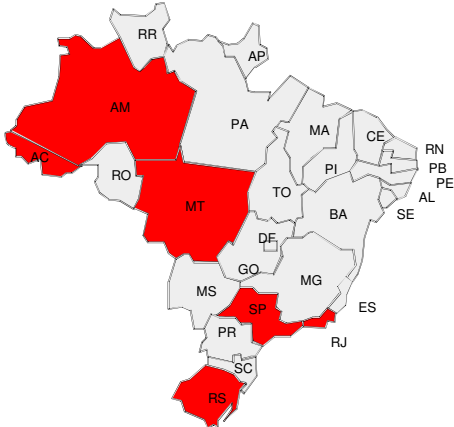
RJ	Todos os contribuintes estarão obrigados	Até 31-12-2017
	DECRETO Nº 44.785 DE 12 DE MAIO DE 2014	
RN	Regulamentado o uso para empresas autorizadas a participar do teste piloto	
	- decreto_23306-13 regulamenta a NFce	
	- portaria_036-13.- piloto nfce	
RS	Contribuintes enquadrados na modalidade geral que promovam operações de comércio atacadista e varejista (ATACAREJO)	01-09-2014
	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 10.800.000,00	01-11-2014
	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 7.200.000,00	01-06-2015
	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 3.600.000,00 e estabelecimentos que iniciarem suas atividades a partir de 1º de janeiro de 2016	01-01-2016
	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 1.800.000,00	01-07-2016
	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 360.000,00	01-01-2017
	Todos os contribuintes que promovam operações de comércio varejista	01-01-2018

	-DECRETO Nº 51.245, DE 5 DE MARÇO DE 2014 -INSTRUÇÃO NORMATIVA RE Nº 082-13		
SE	Regulamentado o uso mas a adesão é voluntária		
	-DECRETO Nº 29.108 DE 04 DE MARÇO DE 2013 -Portaria SEFAZ N 458 DE 07-10-2013 - empresas participantes do piloto NFCE -DECRETO N. 29.450 DE 05-09-2013 - regulamenta contingência da NFC-E		



## ECF DO CV85/01



Obrigatoriedade		Sinalização de Proibições futuras	
			
<p>O uso do ECF é obrigatório em todo o Brasil</p>	AC	a partir de 1º de outubro de 2013	Para quem aderir voluntariamente à NFC-e
		a partir de 1º de junho de 2014	Para os contribuintes relacionados no Anexo Único (43 empresas)
		a partir de 1º de setembro de 2014	para os contribuintes em início de atividade
		a partir de 1º de dezembro de 2014	para os demais contribuintes exceto os optantes pelo Simples Nacional

			a partir de 1º de abril de 2015	para todos os contribuintes, inclusive os optantes pelo Simples Nacional com faturamento bruto anual acima de R\$120.000,00
			- DECRETO Nº 6.596 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013	
		AM	para os contribuintes <b>localizados na Capital</b> que, obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, nos termos da legislação, não tenham solicitado ou iniciado o uso de nenhum equipamento até essa data	A partir de 01/02/2014
	-Lei 9.532/97 -Convênio ICMS 01/98 -Regulamentos Estaduais		para os contribuintes relacionados no Anexo Único da Resolução	01/03/2014 <b>03/2014</b>
			para contribuinte em início de atividade, <b>localizado na Capital</b>	01/03/2014 <b>01/06/2014</b>
			para os demais contribuintes <b>localizados na Capital</b> , exceto os optantes pelo Simples Nacional	01/09/2014
			para todos os contribuintes, inclusive os localizados no interior e os	01/01/2015

			optantes pelo Simples Nacional	
			O contribuinte que tenha adquirido ECF e/ou que possua talonários de notas fiscais modelo 2, anteriormente à data da sua adesão voluntária ou obrigatória, poderá utilizá-lo no mesmo estabelecimento em que esteja emitindo NFC-e, pelo período máximo de um ano, a partir da data de adesão	1 ano após a adesão a NFC-e os ECF devem ser cessados
			--DECRETO N 33.405, DE 16 DE ABRIL DE 2013	
			-RESOLUÇÃO N 022-2013 – GSEFAZ	
			-RESOLUÇÃO 003-2014 – GSEFAZ	
			-RESOLUÇÃO 006-2014 – GSEFAZ	
		MT	-A partir de 1 de Julho de 2014	
			-DECRETO N 2.050 de 17 de Dezembro de 2013	
		RJ	Vedada a emissão de cupom fiscal a partir de 01-01-2019	
			DECRETO Nº 44.785 DE 12 DE MAIO DE 2014	
		RS	ECF que já possua autorização de uso, poderá ser utilizado pelo prazo de 2 (dois) anos a contar das respectivas datas de início da obrigatoriedade	
			Contribuintes enquadrados na modalidade geral	A partir de 01-09-2014

		que promovam operações de comércio atacadista e varejista (ATACAREJO)	
		Contribuintes com faturamento superior a R\$ 10.800.000,00	A partir de 01-11-2014
		Contribuintes com faturamento superior a R\$ 7.200.000,00	A partir de 01-06-2015
		Contribuintes com faturamento superior a R\$ 3.600.000,00 e estabelecimentos que iniciarem suas atividades a partir de 1º de janeiro de 2016	A partir de 01-01-2016
		Contribuintes com faturamento superior a R\$ 1.800.000,00	A partir de 01-07-2016
		Contribuintes com faturamento superior a R\$ 360.000,00	A partir de 01-01-2017
		Todos os contribuintes que promovam operações de comércio varejista	A partir de 01-01-2018
		<b>-DECRETO Nº 51.245, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b>	
	SP	-A partir de 01-11-2014 para novas autorizações de uso -Será vedado o uso de equipamento ECF que conte 5 anos ou mais da data da primeira lacração indicada no Atestado de Intervenção	
		Portaria CAT-30, de 28-11-2014	



## ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Rev.1.4 Atualizado em 28/05/2014